

COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA, 27 DE NOVEMBRO DE 1998

*Senhor Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Senhor General Alberto Cardoso, Chefe da Casa Militar; Senhor Secretário Nacional Antidrogas, Dr. Walter Maierovitch; Senhores Embaixadores aqui presentes; Senhores Parlamentares; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras e Senhores,*

O General Alberto Cardoso expôs em breves linhas – mas na sua essência – a preocupação central do Governo e da sociedade brasileira no momento em que criamos este Fórum e, também, reorganizamos, parcialmente, os mecanismos estatais, para que possam fazer face ao desafio da questão da droga em nosso país.

Essa se tornou uma questão vital para a sociedade. Não só para a sociedade brasileira: ela tem um desdobramento que alcança níveis que antes era impossível imaginar. Eu me recordo de que, quando houve a posse do Presidente Tancredo Neves, representado, então, pelo Presidente Sarney, na primeira reunião do Ministério houve uma referência à questão das drogas, feita pelo então Ministro do Exterior, Dr. Olavo Setúbal.

Eu era Líder do Governo. Naquele momento, houve uma espécie de perplexidade na sala. Por que, numa ocasião tão solene, discutir-se a questão das drogas, que, então, parecia ser uma questão menor? O Dr. Olavo Setúbal teve a antevisão de colocar, sendo Ministro do Exterior, a questão das drogas como um problema que teria um desdobramento enorme para as relações internacionais e para a segurança no mundo.

Mais recentemente, ouvi do Presidente Clinton, em conversas quando ele visitou o Brasil, palavras que vão nessa mesma direção. Na visão estratégica do Presidente dos Estados Unidos, a guerra contra as drogas constitui uma espécie de preocupação obsessiva e permanente, substituindo aquilo que foi, no passado, a preocupação com a questão do equilíbrio de poder no mundo, quando havia os dois blocos. Substitui, também, as preocupações com relação às modificações político-ideológicas da ordem social.

De alguma maneira, nas sociedades em que vivemos hoje, que estão inter-relacionadas com esse processo de globalização, a questão da droga se tornou um desafio global também.

É um desafio global, mas, se os países não se prepararem e não tiverem as suas próprias políticas, esse desafio global não será apenas o desafio do combate à droga, mas será o desafio de saber até que ponto os Estados nacionais terão condições de garantir as suas decisões próprias e seus territórios, para a manutenção do controle das drogas.

A decisão do Brasil foi clara. O General Cardoso reafirmou a minha determinação de que vamos ter a nossa própria política antidrogas. Naturalmente, coordenaremos a nossa política com outras políticas, mas nós temos capacidade institucional para decidir sobre essa matéria.

Seria uma bravata o Governo da República apenas determinar que tem diretrizes próprias a respeito da questão das drogas e, ao mesmo tempo, não estar organizado para enfrentar essas questões. Por essa razão estamos nos reorganizando.

A criação da Secretaria Nacional Antidrogas tem esse propósito. Recolhendo as experiências dos conselhos de combate aos entorpecentes, às drogas; recolhendo as experiências práticas dos vários órgãos da República, notadamente da Polícia Federal, que se dedica à questão das

drogas, a Secretaria coordenará esse conjunto de atividades. E, mais: fará uma ponte com a sociedade. Por quê? Por que o desafio, hoje, não é apenas um desafio repressivo. É muito mais do que isso. É um desafio preventivo, é um desafio educacional e é um desafio de tratamento daqueles que foram envolvidos na malha da droga.

A droga, ao mesmo tempo que desarticula as famílias, também propicia formas ilícitas de enriquecimento. Tem, portanto, muito a ver com as formas de controle do sistema financeiro, dos bancos, a chamada “lavagem de dinheiro”. É uma coisa, portanto, que requer uma compreensão global, e não apenas pontual. E essa é a tarefa fundamental de um órgão como esse que estamos criando e desses fóruns que estamos estabelecendo.

Tal é a magnitude e a envergadura do desafio que, se não formos capazes de mobilizar a sociedade, nós nos estiolaremos em tentativas mais ou menos vãs, dentro do aparelho burocrático, sem conseguir os resultados de que precisamos.

Daí a importância deste Fórum. Daí a importância de vermos juntas, aqui, pessoas de vários setores da sociedade que não têm relação direta com o aparelho do Estado, mas que são altamente expressivas, responsáveis e necessárias, do ponto de vista global, para que possamos, realmente, ter uma política antidrogas que tenha capacidade de controlar os desmandos que a droga provoca.

Nessa matéria, ou há mobilização na sociedade, ou não se avança muito. Nessa como em quase todas as matérias do mundo contemporâneo. A separação rígida entre o que é Estado e o que é sociedade não ajuda mais a resolver os problemas. Temos, crescentemente, que manter diálogos, formas de interação e obter os recursos recíprocos do Estado e da sociedade, desde que nós tenhamos valores que sejam, nessa matéria, homogêneos, objetivos e convergentes, como é o caso.

Vamos precisar – e eu apenas indico alguns problemas porque, na verdade, nessa área, os especialistas são os senhores e as senhoras – de um esforço que envolva a família, as igrejas, os sindicatos, as escolas. Para envolver tudo isso, é necessário ter uma visão integradora desses vários aspectos.

Na questão da educação, será fundamental a cooperação estreita entre o Ministério da Educação, a Secretaria Antidrogas e as organizações educacionais. E, se não começarmos a cuidar do tema no próprio currículo escolar, com a preocupação, já nas escolas, de que haja uma informação mais adequada nessa questão, será difícil vencer a batalha contra as drogas.

Morei nos Estados Unidos, na Califórnia, na verdade, em épocas difíceis. Era a época da guerra do Vietnã, em que havia um forte movimento libertário nas universidades, nas escolas. E me recordo de que, nas escolas onde estavam os meus filhos – escolas públicas americanas –, havia, todo mês, um relatório sobre a questão das drogas. Havia uma forma de os pais tomarem consciência da questão e tratarem de combater, de prevenir, de motivar ou de educar, de forma a evitar que a droga se transformasse em alguma coisa que pegasse nas suas malhas as crianças que estavam nessas escolas.

Precisamos, no Brasil, ampliar a consciência do professorado, da gestão das escolas, mas, sobretudo, das famílias, com relação à questão das drogas – e, talvez, até, estendendo um pouco mais a própria noção dos riscos, para alcançar o tabagismo, que também tem efeitos letais, e o alcoolismo. Não se trata apenas das chamadas drogas pesadas, mas se trata, efetivamente, de um conjunto de práticas que podem vir a ser danosas para a personalidade, para a sociabilidade e, portanto, para a organização da família e da sociedade. Isso requer um esforço educativo enorme.

Mas há o outro lado, digamos, propriamente repressivo da questão das drogas. Vê-se todos os dias. Os jornais estão, aí, informando a esse respeito. Em certas áreas do País, há um adensamento de problemas relativos ao narcotráfico e à exploração até de crianças, em toda essa trama de exploração das drogas. O combate a isso requer um trabalho de inteligência e de informação. Não é apenas um trabalho de repressão, mas é de conhecimento das tramas que estão por trás daquilo que aparece à primeira vista e que é, normalmente, o objeto da repressão. Raramente o objeto da repressão está diretamente vinculado à trama de sustentação do tráfico de drogas. Então, nós temos que ter, também aí,

um trabalho de inteligência muito grande, que precisa ser motivado. É paciente, é lento, mas é absolutamente indispensável. E esse trabalho também vai requerer uma coordenação dos vários setores da sociedade que são capazes de obter informações.

É ilusão pensar que as informações, hoje, são monopólio do Estado. Pelo contrário. Hoje, também a sociedade dispõe das informações e, muitas vezes, até mais depressa e mais abundantes do que as do próprio aparelho de Estado. Às vezes, na mobilização da sociedade, é mais fácil existir um controle sobre essas formas organizadas e lesivas e que nem sempre aparecem à primeira vista, mas que são as responsáveis maiores pela difusão das drogas.

Isso se desdobra num trabalho legislativo. Devo dizer que o nosso Congresso já está sensível à matéria. Os parlamentares aqui presentes sabem disso. Já tomamos algumas medidas para controlar a “lavagem de dinheiro”, porque esse controle é muito importante também. Mais ainda: isso se desdobra para o plano internacional, porque todos esses crimes, hoje, são crimes transnacionais, mormente o narcotráfico e toda essa questão relativa ao dinheiro proveniente do narcotráfico.

A questão requer, por conseqüência, um esforço legislativo e uma coordenação que passa pelo Ministério das Relações Exteriores e pelos órgãos de segurança do Estado, porque requer, também, uma ação que ultrapassa as nossas fronteiras.

Não é segredo para ninguém que o Brasil tem procurado reforçar o seu serviço de informação de tráfego aéreo. O Sivam-Sipam é um esforço importante nessa direção. Quem sabe a reação tão forte havida ao Sivam-Sipam tenha a ver exatamente com isso? É um esforço importante no sentido do controle do tráfego aéreo, porque, muitas vezes, o contrabando em geral e, especificamente, o narcotráfico implicam realmente também esse relacionamento com outros países. Precisamos ter noção do que está acontecendo nas nossas fronteiras, quem entra, quem sai, e nós não tínhamos. Em certas áreas, existem ainda dificuldades para se ter um controle mais efetivo, ainda mais um país como o nosso, que tem fronteiras terrestres imensas e de muito difícil acesso. Portanto, é muito difícil, também, o controle por parte do Estado.

Vê-se, por conseqüência – e estou, aqui, dando apenas alguns elementos da preocupação do Governo e da sociedade, porque, efetivamente, a agenda é muito vasta – que os desafios são muito grandes para enfrentarmos tudo isso.

O Brasil, no plano internacional, se posicionou sobre essa matéria, nos discursos e nas propostas apresentadas às Nações Unidas – isso se vê com clareza –, dizendo que, nessa área, é preciso ter uma visão de responsabilidade compartilhada. Não se pode aceitar, pura e simplesmente, que existam países produtores de droga e países consumidores de droga, e que sejam os produtores de droga os responsáveis pelo processo da droga, que é um processo muito mais amplo do que isso.

O Brasil nunca aceitou certas práticas de discriminação de países em função de que eles são produtores de droga. Se produzem e exportam, é porque há também quem consuma a droga. E é preciso haver um combate nesse nível internacional. O Brasil está sempre disposto a cooperar nesse combate, mas não aceita a idéia de que deva simplesmente, passivamente, receber instruções para evitar que os grandes consumidores sofram os danos que a droga provoca. Até porque o Brasil não é um país produtor de droga, pelo menos não o é de monta. Não obstante, não aceita a posição de culpar os produtores apenas. Achamos que, nessa matéria, a responsabilidade tem que ser compartilhada pela sociedade de todos os países, e não apenas de alguns países. É uma questão delicada também, que tem a ver, portanto, com as relações internacionais. Estou apenas dando um exemplo para substantivar a afirmação que fiz de que essa matéria é, realmente, de transcendental importância, que se desdobra em muitos níveis e que requer essa grande mobilização nacional e essa atenção do Estado brasileiro, em particular.

Por certo, com isso não estou querendo minimizar os aspectos propriamente repressivos, a necessidade efetiva de um combate e de leis adequadas para que se possa colocar na cadeia quem tenha sido considerado culpado pela Justiça. Pelo contrário, devemos enrijecer no combate à droga e na repressão. Mas é preciso fazê-lo com inteligência, no duplo sentido de ter informação e de ter uma visão também global do processo que está sendo combatido.

Creio que já disse mais do que me caberia dizer, como pessoa. Como Presidente da República, tenho a preocupação institucional; como cidadão, a responsabilidade social por essa matéria. Mas já disse mais do que poderia dizer para um grupo de pessoas que sabem muito mais do que eu sobre todos esses tópicos e sobre como fazer e o que fazer.

Queria apenas incentivá-los, encorajá-los e agradecer – agradecer ao General Cardoso, ao Dr. Maierovitch e a todos aqueles que estão, hoje, diretamente vinculados a essa questão e interessados nela. Mas queria agradecer, muito em especial, a presença de pessoas representativas, que aqui se encontram, das organizações não-governamentais, das várias associações, dos vários conselhos, dos vários setores do Estado brasileiro, das Forças Armadas, que, diga-se de passagem, serão partes constitutivas desse esforço, não no sentido mais rude e tosco, de imaginar que as Forças Armadas irão combater diretamente como se fossem polícias, mas, sim, no sentido de que elas têm o sistema de informação adequado e dão o apoio necessário ao Estado brasileiro.

As Forças Armadas têm tido um papel permanente de suporte das ações nacionais. Mas eu quero agradecer ao General Roure, que aqui está em nome do General Zenildo, e a presença de todos os demais. Estamos aqui num colégio militar, o que é simbólico e é militar, dois aspectos importantes para esse esforço antidrogas.

E queria, realmente, lhes dizer que nós faremos o possível para que essa questão fique sob controle, mas esse “nós” somos todos nós mesmos; não é só o Governo, não é só o Presidente da República, mas é também a sociedade brasileira. Como Presidente, agradeço a todos os representantes da sociedade que aqui se encontram e que vieram para ajudar – e para ajudar, mais que o Governo, a sociedade a fazer face a esse desafio.

Vamos ter confiança. Não é fácil, mas nós temos condições de avançar. Desafios sempre existem, e, havendo energia e esperança, se vencem os desafios. E nós todos temos que trabalhar pelo que os filósofos políticos clássicos chamavam de “a boa sociedade, a felicidade dos povos”. E a felicidade, hoje, requer uma sociedade sadia.

Muito obrigado.

